

Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil

Priscilla Alyne Sumaio Soares

Colégio Rio Branco, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0184-1744>

Cristina Martins Fargetti

Universidade Estadual Paulista, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8999-8601>

ABSTRACT: We present a survey of indigenous sign languages (or possible languages) found today in use in Brazil. It is known that in addition to Libras, Brazil has at least two indigenous sign languages that could be minimally analyzed in its structure: the Ka'apor sign language (Kakumasu 1968; Ferreira-Brito 1984) and the Terena sign language (Sumaio 2014; Fargetti, Soares 2016; Soares 2018). In this work, we do not adopt the concept of emerging language but we adopt our classification in: sign languages and possible sign languages. This classification respects them as linguistic systems, no matter the situation they are in. About the “possible” languages that are being studied, we quote in this article: signs of the Sateré-Mawé, Guarani signs, Kaingang signs of the village (SKA), the Paiter-Suruí signs, the signs of the Akwe-Xerente, sign languages of the deaf Pataxó from the south of Bahia, signs used by students living in peripheral areas of Belém (Amazon region) and Ororubá. In addition, we want to emphasize that these deaf Indians must have their linguistic and educational rights guaranteed, and that research is already being produced on this theme.

KEYWORDS: Village/Indigenous Sign languages; Brazilian languages; Deaf education

RESUMO: Apresentamos um levantamento de línguas (ou possíveis línguas) indígenas de sinais encontradas hoje em uso no Brasil. É sabido que, além da Libras, o Brasil possui pelo menos duas línguas indígenas de sinais, que já puderam ser minimamente analisadas em suas estruturas: a língua de sinais Ka'apor (Kakumasu 1968; Ferreira-Brito 1984) e a língua terena de sinais (Sumaio 2014; Fargetti, Soares 2016; Soares 2018). Neste trabalho, não utilizamos o termo “língua emergente”, mas dividimos nossa classificação em: “línguas de sinais” e “possíveis” línguas de sinais. Esta classificação as respeita enquanto sistemas linguísticos, não importando a situação em que estejam. Sobre as “possíveis” línguas que estão sendo estudadas, citamos neste artigo: sinais dos Sateré-Mawé, sinais Guarani, sinais Kaingang da aldeia (SKA), os sinais Paiter-Suruí, os sinais dos Akwe-Xerente, línguas de sinais dos surdos pataxó do sul da Bahia, sinais usados por alunos moradores de zonas periféricas de Belém (região amazônica) e Ororubá. Além disso, queremos ressaltar que esses indígenas surdos devem ter seus direitos linguísticos e educacionais garantidos, e que já existem pesquisas sendo produzidas sobre essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas de Sinais; Línguas Brasileiras; Educação de Surdos

1. Introdução

A representação que muitos ouvintes fazem do surdo, principalmente por conta da influência da medicina ocidental, está embasada na ótica do déficit, de patologia, na falta da audição. Muitas pessoas, especialmente ouvintes, precisam de tempo para desconstruir esse enfoque da deficiência que leva muitos a terem “medo” do termo “surdo”, imaginando que o politicamente correto seria “deficiente-auditivo”. Contudo, nomear os surdos apropriadamente é importante, pois significa reconhecer a dimensão política, cultural e linguística da surdez. Segundo Padden e Humphries (1988: 44), quando os surdos falam¹ sobre sua surdez, eles usam

¹ Linguistas utilizam o termo “falar” também quando tratam de línguas de sinais, no sentido de “interagir” por meio delas, independente da presença de som. E uma língua de sinais pode ser falada por surdos e por ouvintes, que sejam bilíngues, falantes de língua oral e de língua de sinais.

vocábulo relacionados à sua língua, seu passado, e sua comunidade, e não relacionados a deficiências.

Por conta dessa concepção que muitos ouvintes têm sobre surdos, de que são, em resumo, pessoas com uma deficiência limitante, existe uma tendência também de imaginar que todos os surdos são iguais. Entretanto, Skliar (2003) afirma que não devemos presumir que todos os surdos sejam iguais, pois não existe uma identidade exclusiva e única para todos eles. Segundo o autor, ela é composta por papéis sociais diferentes (pode-se ser surdo rico, surdo pobre, surdo homem heterossexual branco, surda mulher homossexual negra, marido, esposa, pai, mãe, etc.) e está relacionada à língua que constrói a subjetividade de cada surdo. Assim, é possível concluir que não existe uma única comunidade surda, com uma única língua e uma única cultura.

No Brasil, a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação das comunidades surdas do Brasil pela Lei Federal nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Entretanto, outras línguas de sinais são raramente registradas apesar de existirem estudos que buscam compreender a diversidade no país. Silva e Quadros (2019) fazem um levantamento de línguas de sinais e variedades faladas por comunidades isoladas, mas apontam apenas 5 línguas indígenas de sinais (apontamos, no presente artigo, 9). As autoras utilizam o termo “línguas emergentes”, adotado por alguns pesquisadores, mas que não adotamos em nosso trabalho. Nos preocupamos com o uso dos termos “sinais caseiros”, “sinais emergentes”, ou “línguas emergentes” para classificar sinais usados por surdos indígenas, sem que tenha sido feito um estudo mais aprofundado desses sinais, que esclareça cientificamente o que eles constituem. É preciso muito cuidado com essa terminologia, pois sinais caseiros não possuem, por exemplo, padrão, dupla articulação, sintaxe definida, em geral não conseguem tratar de assuntos abstratos, o que são características de línguas, já desenvolvidas, e não é possível afirmar sem um estudo científico profundo se algumas palavras são sinais caseiros, uma variedade de alguma língua, como a Libras, ou uma língua autônoma, como a língua terena de sinais.

Estudos estruturados sobre a Libras começaram na década de 1980 com a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito (1984), que, de modo pioneiro, fez considerações sobre a LSKB do Maranhão (Língua de Sinais Ka’apor Brasileira). Porém, apenas recentemente o interesse por estudos descritivos e comparativos de variedades diferentes da Libras (e mesmo de outras línguas de sinais) tem iniciado. No Brasil, ainda não existem trabalhos específicos tipológicos das línguas de sinais, porém conforme novas línguas forem descobertas e estudadas, estaremos nos encaminhando para este ponto, como já ocorre em outras partes do mundo. Por exemplo, Zeshan (2006), linguista da *University of Central Lancashire* (UCLAN), documenta línguas de sinais de vários povos, e faz estudo de tipologia linguística dessas línguas.

O Ano Internacional das Línguas Indígenas foi celebrado pela UNESCO e parceiros em 2019, colocando em relevo a importância da diversidade linguística mundial e alertando para os riscos de perda de línguas em situação comprometida de uso (poucos falantes), o que aponta para a necessidade de esforços nas descrições e documentações dessas línguas, principalmente as mais vulneráveis. Tal necessidade foi reforçada pela UNESCO ao decretar a década das línguas indígenas, de 2022 a 2032, promovendo seu conhecimento e valorização. No Brasil, se pensarmos, como a sociedade científica internacional, que línguas com menos de 100.000 falantes estão fadadas à extinção, todas as nossas cerca de 180² línguas indígenas estão ou moribundas (com um ou dois falantes, em alguns casos) ou em vias de extinção (apenas poucos

² O CENSO de 2010 aponta um número maior de línguas, mas, como não temos ainda um Inventário da Diversidade Linguística Brasileira (havia sido criado por decreto o seu início, interrompido posteriormente), os linguistas lidam com o número aproximado de 180 línguas orais, algumas com estudo desenvolvido como gramática, dicionário e documentação em banco de dados, mas a grande maioria sem qualquer estudo ou com estudos esparsos, iniciais. Sobre as línguas indígenas de sinais, o conhecimento é ainda menor, o que acompanha uma tendência mundial.

povos têm população com número superior a 1000 indivíduos). Entre elas, figuram as línguas indígenas de sinais, portanto falaremos sobre surdos pouco conhecidos, os surdos indígenas, e suas “possíveis” línguas. Por isso, faremos uma breve revisão bibliográfica de artigos e de outros trabalhos feitos sobre indígenas surdos do Brasil, para que sejam mais conhecidos, contribuindo para que haja mais pesquisas sobre esses surdos e suas línguas, o que poderá contribuir para uma educação escolar de melhor qualidade.

Diversos estudos já mostraram que podem existir variedades de uma mesma língua de sinais em um determinado país, como acontece com as línguas orais. Citando poucos exemplos: fora do Brasil, Schermer (2004) estudou variação lexical regional existente na língua holandesa de sinais. Stamp et al. (2014) realizaram um extenso estudo sobre variedades regionais e mudanças na língua britânica de sinais. Johnson e Johnson (2008) estudaram variedades da língua indiana de sinais em cinco cidades da Índia. No Brasil, os estudos de Andrade (2013) e Ferreira e Ferreira (2016), por exemplo, chamam a atenção para variedades da Libras existentes no Pará e na Paraíba. Considerando esse fato, não é coerente dizer que uma língua de sinais que está sendo usada em determinada região do Brasil por determinado grupo é uma língua de sinais autônoma, tendo apenas um contato inicial com ela. É preciso estudar a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica dessa suposta língua, comparando suas características com as características da Libras, para determinar se ela constitui uma língua autônoma ou se é uma variedade da Libras. Esse é um procedimento científico padrão, inclusive para línguas orais nunca estudadas. Mas isso não nos leva a classificar tais sistemas linguísticos como “caseiros” ou “emergentes”.

Koslowski pontua que indivíduos surdos são naturalmente propensos a utilizar uma língua de sinais para se comunicar:

reconhece [-se] o fato de que os indivíduos surdos são locutores naturais de uma língua adaptada às suas experiências de mundo (visoespaciais) e às suas capacidades de expressão e compreensão: a língua de sinais. Ao mesmo tempo, estes indivíduos fazem parte de uma comunidade majoritária que usa a língua oral (auditiva-verbal) para se comunicar com o meio e essa língua oral possui seu equivalente escrito: a língua escrita. (Koslowski 2000: 18)

Entretanto, tradicionalmente, linguistas que iniciam o estudo de um sistema de comunicação nunca estudado, como estudiosos de línguas indígenas orais, por exemplo, não classificam imediatamente esses sistemas como línguas autônomas, antes de saber se são uma variedade de outra língua indígena, por exemplo.

Pode causar estranhamento a menção de que línguas de sinais são estudadas em suas estruturas “fonéticas”, “fonológicas”, e até em outros níveis, por serem visuais, e não orais-auditivas, mas o fato é que elas possuem os mesmos parâmetros das línguas orais, e essa nomenclatura, usada igualmente em seus estudos, torna mais fácil a compreensão de suas características. Como explicam Oliveira e Cunha:

As línguas de sinais podem ser comparáveis a quaisquer línguas orais tanto em relação à sua complexidade quanto à sua expressividade. Em virtude de sua modalidade viso-gestual, utilizam-se as mãos, expressões faciais e o corpo, no intuito de produzir os sinais linguísticos que, por sua vez, são percebidos pelos olhos, enquanto as línguas orais possuem a modalidade oral auditiva, em que sons articulados são percebidos pelos ouvidos. Além disso, as diferenças não se restringem apenas ao canal de comunicação, mas também às estruturas gramaticais de cada língua. Entende-se por sinais aquilo que é chamado palavra ou item lexical nas línguas faladas. Os parâmetros encontrados em língua de sinais são os seguintes: configuração de mãos, que seria a forma das mãos durante a realização do sinal; ponto de articulação ou locação, que é o espaço de enunciação; movimento, envolvendo movimentos internos da mão, do pulso e outros direcionais no espaço; orientação /direcionalidade, referindo-se à direção da palma da mão ao produzir os sinais; expressão facial e/ou corporal, que são os componentes não manuais importantes na distinção entre alguns sinais. Pesquisas mostram que a língua de sinais, assim como a

língua oral, se estrutura em níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. (Oliveira; Cunha 2009: 2-3)

Existe, também, a possibilidade de serem um conjunto de sinais caseiros. Goldin-Meadow e Mylander (1984) pontuam que estudos de crianças surdas de pais ouvintes demonstraram que essas crianças utilizam espontaneamente símbolos (gestos) para se comunicar mesmo se elas não são expostas a um modelo de língua de sinais convencional. Esses gestos foram chamados de, inicialmente, "sinais domésticos" ou "sinais caseiros". Hoje existe um grande debate em torno de sinais caseiros, pois estudos posteriores mostraram que eles são altamente estruturados. Inclusive, alguns linguistas afirmam que eles constituem um tipo de língua, uma língua em seu estágio inicial, mas uma língua. Entretanto, sinais caseiros parecem ter muita variação, não ter morfemas e fonemas bem definidos (configurações de mão) por exemplo, e nem uma forma específica de organizar sentenças (sintaxe). Portanto, parece ser precipitado classificar um conjunto de sinais caseiros como uma língua autônoma, uma vez que eles se constituem como formas específicas de interação, mas que se delineiam como partes de um sistema, que, inclusive, pode ser definido como uma variedade regional.

Por causa dessas possibilidades, pelo fato de terem estudos muito recentes (a maioria ainda em fase inicial) e por outras questões que serão discutidas mais adiante, esses sistemas de comunicação em sinais do Brasil serão chamados de línguas (caso mostrem autonomia, como se observa na interação em diálogos e enunciados) ou "possíveis" línguas (sistemas em vias de consolidação, estudo e reconhecimento). Assim, ao dizer "possível" língua, antes de mais nada, contribuimos para aceitar sistemas linguísticos diferentes, garantindo os direitos dos que os falam e promovendo formas de seu estudo, registro e propostas de ensino diferenciado. Este posicionamento permite aos surdos a busca por seus direitos linguísticos, que, bom ressaltar, mesmo para línguas orais minoritárias (ou minorizadas) não têm saído das intenções dos documentos.

2. Indígenas surdos brasileiros, suas línguas e o contexto escolar

Desde 2002, quando foi reconhecida como a "Língua Legal da Comunidade Surda do Brasil", através da Lei Federal Nº 10.436/02, a Língua Brasileira de Sinais -Libras vem ganhando mais visibilidade ao longo dos anos. Essa lei gerou o fortalecimento identitário dos surdos das regiões urbanas brasileiras classificando a Língua Brasileira de Sinais como "meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados". Essa foi uma grande conquista para surdos não-indígenas do país. Entretanto, devemos lembrar que existem também muitas línguas indígenas orais em nosso país (em torno de 180), e, portanto, é muito provável que existam igualmente muitas línguas indígenas de sinais nas comunidades indígenas onde existam surdos. Abordamos aqui estudos a que tivemos acesso sobre línguas de cujos sistemas de sinais já temos notícia até o momento. São elas as línguas de sinais: Ka'apor, Sateré Mawé, Guarani Kaiowá, Terena, Kaingang, Paitér-Suruí, Akwe-Xerente, Pataxó, língua encontrada em Belém (provavelmente, de indígenas citadinos) e em Ororubá. Estas línguas são bem distintas entre si, assim como as línguas orais faladas pelos mesmos povos. Uma comparação ainda deve ser feita; contudo, isso só será possível após mais estudos e documentações. O que sabemos é pouco e fragmentado, em situação ainda mais precária que o conhecimento das línguas indígenas orais. Em termos de classificação de Rodrigues (1986) das línguas orais (que segue a classificação de povos que as falam): a) Ka'apor, Guarani Kaiowá, Sateré Mawé e Paitér-Suruí são línguas do tronco tupi, embora apenas as duas primeiras sejam pertencentes à mesma família linguística, Tupi-Guarani, pois Sateré Mawé pertence à família Mawé e Paitér-Suruí pertence à família Mondé; b) Kaingang, Akwe-Xerente e Pataxó são línguas do tronco Macro-Jê, contudo as duas primeiras pertencem à família Jê e a

última, à família Maxakali (é tida como língua não mais falada); c) Terena é língua da família Aruak (que não pertence aos dois troncos linguísticos mencionados); d) a língua mencionada, existente em Belém, tem apenas indício de origem indígena, e portanto não sabemos exatamente, até o momento, qual a classificação do povo que a teria originado. Entretanto, sabe-se que uma língua de sinais não é a contraparte visual de uma língua oral; são, na verdade, sistemas diferentes, falados em uma mesma comunidade linguística. Apresentaremos a seguir uma discussão do que encontramos na literatura sobre as línguas de sinais e o que sabemos sobre sua contextualização em ambiente escolar.

2.1 Ka'apor

Uma língua indígena de sinais um pouco mais conhecida no país é a língua de sinais Ka'apor brasileira (LSKB), que, no passado, foi estudada por Kakumasu (1968), linguista e missionário americano. Também foi pesquisada e citada por Ferreira, como já dito, em uma análise contrastiva com a Libras, na década de 1990, em um capítulo do livro *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Ela teve estudos atuais, embora muitos pesquisadores tenham pensado que havia sido extinta, por passar anos sem ter sido citada por nenhum cientista, mas dados recentemente documentados comprovam que ela continua sendo usada por surdos e ouvintes em comunidades localizadas no estado do Maranhão (Godoy 2015; 2020). Essa língua surgiu, pelo que se sabe, durante a década de 1960, quando ocorreu um surto de boubá neonatal,³ que ocasionou surdez em todos os recém-nascidos; espontaneamente, pais e parentes criaram uma língua de sinais para interagirem com seus bebês e com isso, praticamente toda comunidade se tornou bilíngue, em língua oral e em língua de sinais. Não temos notícia sobre a situação do ensino entre os Ka'apor, se propostas de educação escolar têm contemplado a língua de sinais.

2.2 Sateré-mawé

Outro sistema é o de sinais dos Sateré-Mawé, usado por surdos mawé da região de Parintins, no Amazonas. Azevedo (2015), pesquisador surdo, os apresenta ora como sinais caseiros, ora como emergentes, como língua de sinais dos sateré-mawé e como sinais da Libras. Azevedo (2015) explica sobre estes indígenas surdos de comunidades indígenas sateré-mawé da microrregião de Parintins. Ele afirma que as escolas indígenas (localizadas dentro das aldeias) não possuíam educação diferenciada para os indígenas surdos e que os professores não estavam sendo orientados sobre como trabalhar com estes estudantes. O pesquisador relata que existia apenas uma escola na cidade (escola não-indígena) que dispunha de sala de recursos para esses alunos surdos. Ele descreve os participantes da pesquisa e mostra com fotos alguns dos sinais coletados. A pesquisa teve como foco principal o levantamento de indígenas surdos nas microrregiões do município de Parintins da etnia Sateré-Mawé. O autor conclui que os governantes devem cumprir com seus deveres nesse sentido (de apoiar esses professores e alunos):

Nesse sentido, deve haver iniciativas por parte do poder local, para que o governo e as entidades aliadas às causas indígenas possam aproveitar as experiências dos vários pesquisadores sobre as causas dos Sateré-Mawé, para ampliar esse tipo de trabalho. São diagnósticos como este que irão dar o norte para novos projetos e programas que favoreçam realmente garantir a autonomia dos povos indígenas. (Azevedo 2015: 178)

³ A boubá é uma infecção tropical da pele, ossos e articulações, causada pela bactéria *Treponema pallidum pertenue*.

Posteriormente, o autor elaborou um material com possibilidade de utilização pedagógica, um vocabulário trilingue: em Sateré-Mawé (escrita da língua oral), português, e Libras, para apoiar o ensino desses surdos (Azevedo 2016). O pesquisador Erich Teles Bezerra (2018, 2019) estudou também a constituição do sujeito surdo dentro da cultura indígena sateré mawé, e práticas na inclusão de indígenas surdos nas escolas indígenas. Suas pesquisas estão em andamento e as informações que temos são de apresentações em eventos científicos.

2.3 Guarani

Os sinais Guarani são citados por Vilhalva (2012), que fez um trabalho na área de políticas linguísticas, mapeando os surdos indígenas existentes no estado do Mato Grosso do Sul. Os sinais dos surdos e ouvintes guarani kaiowá desse estado não têm estudo aprofundado, apesar de também serem citados na pesquisa (na área de Educação) de Lima (2013), que os classificou como "sinais domésticos" e os chamou também de senhas, uma vez que os próprios falantes utilizam esta nomeação. Vilhalva (2009) faz um mapeamento de indígenas surdos, procurando documentar alguns de seus sinais. Ela teve a perspectiva de mapear e registrar, através do olhar de como as línguas de sinais familiares estavam emergindo no contexto plurilingue, especificamente nas aldeias Jaguapiru e Bororo, das comunidades indígenas do município de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisadora, que também é surda, relata que os processos de análise nesse estudo tiveram natureza linguística, com enfoque lexical (vocabulário) e buscando o mapeamento no sentido de abrir este caminho, investigando para trazer elementos concretos para a proposição de política linguística na área. Notamos que sinais guarani apresentados por ela em sua dissertação, como MÃE, ESCOLA, MANDIOCA⁴ são muito semelhantes aos sinais para os mesmos referentes na língua de sinais terena.⁵ Uma publicação recente de Gomes e Vilhalva (2021), falando de indígenas surdos e sua educação, revela que existem muitos surdos indígenas que são invisíveis para o Estado brasileiro. Eles dizem que segundo o Censo Escolar de 2018 existem 3.345 escolas no Brasil que utilizam "língua indígena", não deixando claro que linguagem seria essa, já que não falam em línguas e nem em dialetos (variedades geográficas) de línguas (p.19). Os pesquisadores dizem ter o objetivo de fazer o mapeamento das línguas indígenas de sinais do Brasil e contribuir com o mapeamento das línguas de sinais em contextos indígenas (p. 22). Gomes e Vilhalva (2021) citam Marin (2009), que diz que as línguas são essenciais para construir identidades. Os autores alegam que a pesquisadora Shirley Vilhalva apresenta em suas pesquisas a existência de uma "Língua de Sinais Emergentes" dos Guarani Kaiowá. Vilhalva reconhece, segundo os autores, que esses "sinais emergentes" estão migrando para o desenvolvimento de uma língua de sinais indígena, mas que, por hora são "sinais naturais", que alguns chamam de gestos caseiros ou "práticas linguísticas" (p. 24). Entretanto, poucos sinais nativos dos Guarani são apresentados nessas pesquisas, e com poucas análises, portanto, como pode ser assegurado que esses não são parte de uma língua indígena de sinais? Os autores declaram que os intérpretes que trabalham com esses surdos devem usar esses sinais emergentes, lembrando, mais uma vez, que poucos sinais foram coletados. Com mais tempo de pesquisa e análise seria possível saber se são alguns sinais emergentes de fato ou se são uma língua. No caso de serem uma língua, os intérpretes provavelmente teriam que ser do povo

⁴ É consenso na área utilizar caixa alta para grafar os sinais.

⁵ O fato de haver tipos de semelhanças no léxico de línguas distintas precisa ser pesquisado, pois, longe de uma afirmação precipitada de que vieram todos de uma mesma origem (o que é facilmente descartado como hipótese pela não interação entre os falantes de comunidades diferentes), este fato pode apontar para universais a serem estudados, por um viés cognitivista. Este viés pode problematizar a afirmação de maior iconicidade em línguas de sinais, uma vez que ela também ocorre nas orais, de diversas formas, como apontam trabalhos funcionalistas.

guarani, intérpretes que conheçam a língua de sinais nativa e que tenham a formação para intérprete em escolas onde surdos guarani estudam.

Coelho (2011) trata da constituição do sujeito surdo na cultura guarani e kaiowá. Ela também aborda a comunicação desses surdos e faz o registro de alguns de seus sinais. Conclui que faltava capacitação, orientação, materiais pedagógicos e outros materiais para os professores desses surdos. Destacamos que alguns sinais por ela apresentados são idênticos ou muito semelhantes aos sinais da língua de sinais Terena estudada por Soares (2018).

Coelho (2019: 15) pesquisa em diversas escolas de cinco terras indígenas do Mato Grosso do Sul, trabalhando com surdos guarani e kaiowá. Em sua pesquisa pôde perceber que “estratégias de ensino têm invisibilizado as línguas de sinais e diferenças culturais dos estudantes indígenas surdos e não valorizam as línguas maternas nas comunidades indígenas”.

Santana (2016) aborda a educação de indígenas surdos no Brasil. Ela comenta que existiam cursos de capacitação para professores indígenas, como os cursos em universidades do Mato Grosso do Sul, citados por Vilhalva (2009). Professores guarani ñandeva e kaiowá, por exemplo, participavam de um projeto de capacitação chamado Avá Verá. Lima (2013) também cita a Licenciatura Indígena Teko Arandu, oferecida pela Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD). Esses cursos, o último ainda existente, incentivam a valorização das línguas, culturas, tradições desses povos indígenas, porém precisam de expansão, de mais investimento, inclusive para o estudo das línguas de sinais que estão sendo utilizadas, tanto quanto as orais.

Lima (2013) discute sobre a criança surda guarani e kaiowá. A autora aborda a comunicação e a inclusão na família e na escola; teve como participantes da pesquisa crianças de 0 a 12 anos, do município de Dourados/MS. Ela destaca que os professores indígenas tinham muitas dificuldades em lidar com os alunos surdos nas escolas das aldeias. Segundo ela, as famílias relatavam que utilizavam sinais caseiros/emergentes para se comunicar com os filhos surdos. Lima opta, em seu trabalho, por mostrar alguns dos sinais coletados por meio do *Sign Writing*, ou seja, escrita de sinais, em vez de usar fotografias, para não expor as crianças. Pelo que podemos subentender dos sinais, vários são idênticos aos sinais para o mesmo referente na língua de sinais terena, como os sinais FOME, CRIANÇA, PAI, MÃE.⁶

2.4 Terena

Henrique (2014) aborda o tema de indígenas surdos e a deficiência do Sistema Único de saúde (SUS) no município de Dourados. O pesquisador constata que surdos não tinham seus direitos garantidos nos hospitais locais. Muitos surdos guarani ou terena não conseguiam explicar suas dores, o que estavam sentindo, em consultas, pois não tinham intérpretes nos locais que falassem Libras ou conhecessem seus sinais próprios, usados nas aldeias. Ele aponta que é necessária a capacitação dos agentes indígenas de saúde (AIS). A lei prevê presença de intérprete nos espaços públicos, mas na prática, segundo Henrique, isso não acontecia, e ainda não acontece.

Os sinais usados pelos terenas da comunidade de Cachoeirinha-MS, também citados por Vilhalva, foram estudados linguisticamente por Soares (Sumaio 2014; Fargetti, Soares 2016; Soares 2018). Em sua tese de doutorado, Soares (2018) comprova a existência da língua terena de sinais, independente da Libras, estruturada, com morfologia, fonética, fonologia, sintaxe e semântica próprias.

O trabalho de Soares (2018) tem o objetivo de analisar os sinais usados pelos surdos terena para estabelecer comunicação com seus familiares e amigos, buscando saber se eles constituem uma língua, e, caso constituam, se é autônoma (não uma variedade da Libras). Seu

⁶ Veja-se nota anterior.

resultado traz uma visão mais ampla e um conhecimento concreto da língua terena de sinais para ouvintes da própria comunidade terena (uma comunidade indígena grande, com mais de 4.000 pessoas apenas na TI (Terra Indígena) Cachoeirinha), e não só para a comunidade científica.

Essa investigação com os surdos terena também apresenta contribuição no âmbito científico: revelou características linguísticas de uma língua nunca estudada. A pesquisa linguística de línguas de sinais é algo muito recente, bem como a pesquisa de línguas indígenas no Brasil (antes feita geralmente por missionários, cujo principal interesse era a catequização). Assim, o trabalho de Soares (2018) contribui academicamente no sentido de trazer uma proposta de metodologia, ao estudar mais do que uma língua indígena oral ou uma língua de sinais, mas uma língua indígena de sinais. Também traz contribuição com uma proposta de método de análise fonológica de línguas de sinais, ou seja, línguas de uma modalidade diferente (modalidade visual ou viso-gestual, e não oral auditiva). Esse tipo de análise, logicamente, se faz de maneira diferente da análise de línguas orais, e vem sendo desenvolvida muito recentemente. Essa tese pode auxiliar pesquisadores da área que objetivem estudar a origem, a história e a estrutura das línguas de sinais no Brasil e no mundo, a aquisição de língua de sinais, os efeitos da idade em que a língua de sinais é aprendida, e também o processamento psicolinguístico de línguas de sinais. Assim, não só cumpre com a obrigação de ineditismo em seu tema (a determinação de uma língua até então desconhecida, como um sistema linguístico autônomo), mas também em sua metodologia e seus resultados.

Araújo (2018) aborda a escolarização de terena surdos, e desafios e contradições que os tradutores e intérpretes de língua de sinais (conhecidos pela sigla TILS), no caso, de Libras, enfrentavam em sua convivência com os estudantes. Ele discorre sobre as características dos estudantes surdos e sobre a formação dos intérpretes que interagem com eles nas escolas urbanas em que estudavam. Ele questiona se, no ambiente escolar, os tradutores e intérpretes de Libras consideravam a cultura indígena como uma das características do estudante surdo e qual seria a formação necessária do intérprete para o trabalho em sala de aula, considerando as características destes estudantes indígenas surdos:

Tendo em vista a existência de estudantes indígenas surdos matriculados nas escolas dos municípios de Aquidauana, Anastácio e Campo Grande que contam com a mediação de tradutores e intérpretes de Libras, torna-se necessária uma investigação mais apurada no que concerne à atuação desses profissionais diante do processo educativo desses estudantes, com o intuito de analisar quais são e como são estabelecidas as estratégias de mediação entre línguas e culturas, bem como se estas estratégias são favoráveis para o processo de ensino e aprendizagem. (Araújo 2018: 90)

O educador afirma que os alunos terena surdos usavam sinais nativos e emergentes em suas aldeias, que eram aos poucos incorporados na interpretação dos intérpretes no dia a dia na escola, na medida do possível. A investigação resultou num documento, uma carta, reivindicando direitos desses surdos, que acreditamos se adequar aos anseios de todos os surdos indígenas citados neste artigo:

Os resultados desta pesquisa vieram de encontro aos anseios registrados na “CARTA TERENA”, onde sugerem a presença de atendimento aos estudantes Terena Surdos dentro das escolas das aldeias, a presença de professor de Libras indígena ou instrutor, a presença de intérpretes dentro das escolas nas aldeias, o registro dos sinais emergentes existentes e usados na comunidade indígena. Abertura de uma sala específica para o estudo das línguas: Terena (na modalidade escrita, Portuguesa, Sinais Emergentes e Libras, com tecnologia adequada para tais fins; Formação continuada e acompanhamento de docentes, técnicos e funcionários de diferentes áreas como saúde e educação que estão atuando com estudante índio surdo nas escolas indígenas sobre a Libras e educação de surdos. (Araújo 2018: 130)

Mussato (2017) aborda temáticas que problematizam discurso, identidade, subjetividade e processos de in(ex)clusão de surdos da etnia Terena. A pesquisadora aponta para os desafios que surdos terena enfrentavam estando em uma situação em que várias línguas eram utilizadas (a língua terena oral, a língua terena de sinais registrada por Soares (2018), a língua portuguesa oral e a Libras). Ela revela que muitas vezes estes surdos são excluídos culturalmente:

Uma vez inseridos em ambos os territórios (escola urbana e comunidade indígena) essa possível inclusão se releva excludente. Pois não há um estado natural que os posicione na condição de surdos indígenas, ficam fora da história da cultura e língua local e da cultura branca, submetidos ao poder normati(li)izador de ações políticas instituídas pela sociedade hegemônica reservando-lhes um espaço de marginalidade, de subalternidade, caracterizado por sua condição de surdez e pelo fenótipo. (Mussato e Cameschi 2019)

2.5 Kaingang

Há também um estudo sobre os sinais Kaingang da aldeia (SKA). Eles foram assim nomeados e analisados, porém sem viés propriamente linguístico, por Giroletti (2008). A autora teve a oportunidade de interagir com crianças kaingang em seu local de trabalho, uma escola na aldeia Jaguapiru, em Santa Catarina. Como intérprete de Libras, ela percebeu que as crianças kaingang usavam muitos sinais diferentes dos que ela conhecia (da Libras), e registrou alguns deles, ligando-os à cultura Kaingang, especialmente da aldeia local, porém ressaltou a necessidade de um aprofundamento no estudo linguístico desses sinais.

2.6 Paiter-Suruí

Sinais usados pelos Paiter-Suruí foram abordados por Eler (2017), Gregianini (2017) e Costa (2017), com foco na perspectiva da identidade cultural do povo paiter-suruí de Rondônia. Gomes e Vilhalva (2021) citam tais trabalhos como estudos que tiveram como objetivo realizar produção acadêmica na área de educação intercultural, “buscando novas práxis educativas no ambiente amazônico” (p. 37). Apontam que o projeto buscou identificar a língua paiter-suruí de sinais no contexto da educação escolar indígena, da comunidade e da família (p. 38). As pesquisadoras mencionadas por Gomes e Vilhalva tratam de “desenvolvimento imagético visual” dos sinais criados pelos paiter-suruí, mas não descrevem sua língua. Abordam sua visão de mundo e importância da sua cultura. Acreditam que a quebra de paradigmas pode contribuir de maneira criativa para a “construção de diálogos interculturais entre culturas que requerem situação interativa e uma síntese superadora de valores” (p. 40).

Costa (2017) faz um mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo paiter-suruí em seu contexto familiar. Fruto de trabalho na aldeia indígena Gapgir, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, município de Cacoal, estado de Rondônia, seu trabalho procura “identificar as formas de comunicação e expressão de um grupo de surdos do povo paiter-suruí, registrando os sinais utilizados por eles”. Por serem surdos os participantes da pesquisa, e terem uma linguagem criada a partir do visual, “entende-se que os sinais paiter-suruí (SPS) estão intimamente ligados à cultura do povo paiter-suruí, tornando a análise da identidade cultural presente nos SPS essencial” (Costa 2017). Destacamos que os sinais ÁGUA, MÃE, COZINHAR, TV, PULSEIRA, descritos pela autora são muito semelhantes aos mesmos sinais na língua terena de sinais (Soares 2018).⁷

Gregianini (2017) também aborda os sinais paiter-suruí, porém focando no contexto da comunidade. Ela relata que, durante as visitas e permanência na aldeia, pôde observar que os surdos se comunicavam de diferentes formas, pois

⁷ Veja-se nota 4.

(...) alguns entendem as informações passadas pelos seus familiares na Língua Paiter Suruí, outros se comunicam utilizando alguns sinais da Libras misturados a sinais criados entre os familiares e outros se comunicam por meio de expressões, apontamentos e sinais criados entre eles, amigos e familiares. (Gregianini 2017)

Gregianini afirma que, a partir dos feitos e ensinamentos coletivos da cultura paiter suruí, é que os indígenas surdos, com sua cultura visual, se apropriariam do significado que tinha sido coletivo, criando significados de acordo com a sua visão e sua relação com o meio em que estão inseridos, assim como podemos perceber em outras pesquisas com indígenas surdos.

2.7 Akwe-Xerente

Os sinais usados pelos Akwe-Xerente são citados por Barretos (2016), porém não há nenhum estudo sobre seus parâmetros. O autor discorre sobre a comunicação dos Akwe-Xerente surdos. Ele entrevistou 13 surdos, entre 7 e 62 anos, de dez aldeias diferentes, esclarece que em poucas aldeias há mais de um surdo, e que a distância entre elas fazia com que acontecessem poucos encontros entre eles. Também havia outros fatores, como o fato de eles serem de clãs diferentes e idades diferentes. O pesquisador relata que existia comunicação surdo-ouvinte, entretanto mais no seio familiar. Esses sinais eram gestos e sinais caseiros, segundo os akwe-xerentes, entretanto o pesquisador classifica-os como sinais culturais, pois refletiriam a cultura de seu povo. Ele os chama de sinais akwe. Segundo o autor, os professores demonstraram preocupação com a formação escolar destes surdos e desejaram ver seus direitos sendo respeitados.

2.8 Pataxó

Também existem as línguas de sinais dos surdos pataxó, do sul da Bahia, segundo Damasceno (2017). Jessiá Braz de Jesus, pesquisador pertencente à etnia Pataxó, residente da aldeia Indígena Pataxó de Barra Velha, de Porto Seguro, localizado no extremo sul do estado da Bahia, refere-se aos surdos pataxó e detalha a experiência que teve com um desses surdos (Jesus 2018). Ele relata que o trabalho mostra o desafio do aluno indígena com necessidade educacional especial para se engajar na educação formal, e ser reconhecido no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Principalmente, afirma que esse estudo permitiu constatar que a tecnologia pode favorecer a aprendizagem do jovem surdo por meio da utilização de programas educativos voltados para pessoas surdas, e que é “fundamental investir na Formação Pedagógica Bilíngue, para que possamos dar visibilidade à Língua de Sinais, fazendo com que ela transite também entre os ouvintes Pataxó” (p. 65).

2.9 Xukuru

Moura (2020), pesquisadora voluntária, que faz mapeamento de surdos do povo Xukuru do Ororubá, diz que a Libras deve ser inserida em seu contexto escolar, que isso é uma necessidade urgente para garantir o ensino-aprendizagem dos surdos indígenas desse povo. Porém, não se sabe se esses surdos têm uma língua nativa de sinais. Se tiverem, que impacto essa “imposição” da Libras em suas escolas causará? Ela, assim como outros pesquisadores, fala da necessidade de material didático para alfabetização e letramento desses surdos. Entretanto, como linguistas, devemos defender esse letramento em sua língua nativa, que possivelmente existe, e deve ser pesquisada, antes de se fazer qualquer material impondo o uso da Libras.

2.10 Libras?

Também é relevante citar o trabalho de Lima (2009), que aborda a variação em sinais da Libras usados por alunos moradores de zonas periféricas, estudantes de cursinhos preparatórios para o vestibular, na cidade de Belém, no Pará. A pesquisadora relata que eles apresentam pouco domínio da Libras. Os sinais que ela apresenta, classificados como diferentes dos mesmos sinais na Libras “padrão”, muitas vezes lembram sinais de línguas indígenas de sinais, como a língua terena de sinais. Em nenhum momento a autora afirma que esses estudantes são indígenas, porém estes residem em uma região amazônica. Assim, levantamos a hipótese de que esses alunos podem ter tido contato com surdos de origem indígena.

Nem todos os trabalhos acadêmicos referidos aqui inserem-se na área de estudos linguísticos. Há trabalhos da área de saúde, da matemática, da educação. Os estudos linguísticos são, portanto, preliminares e em número reduzido, ao tratar de línguas indígenas de sinais, o que aponta para a necessidade de um maior investimento em pesquisas na área. Afinal, como se pode garantir direitos linguísticos para falantes de línguas minoritárias se estas se mantêm minorizadas e desconhecidas? Pelos trabalhos que analisamos, pudemos ter algumas informações sobre as línguas indígenas de sinais e as necessidades de seus falantes no contexto escolar, que se colocam em situação mais complexa, em relação aos falantes de línguas indígenas orais (necessidade de documentação e estudos iniciais; necessidade de materiais pedagógicos básicos; necessidade de intérpretes e de professores, entre outras).

Conclusão

Como foi possível ver até aqui, não se pode confundir língua de sinais com gestos, nem pantomima ou um grupo de gestos. Também não se deve confundir línguas de sinais com línguas de sinais secundárias, criadas por ouvintes por necessidades imediatas, ou com sinais caseiros. As línguas de sinais possuem todas as características das línguas orais, como flexibilidade, versatilidade, abstração. Elas podem ser analisadas em todos os níveis linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos, etc.) assim como as línguas orais. Pode parecer óbvio dizer isso, mas a verdade é que ainda existem muitos preconceitos e mitos, como citado, em torno dos surdos e, conseqüentemente, das línguas que falam. Portanto, línguas indígenas de sinais devem ser mais estudadas, trazendo esclarecimentos sobre línguas visuais para o meio acadêmico e para a sociedade em geral, o que pode diminuir o preconceito e trazer melhoria à condição de vida dos surdos.

Foram citadas nove línguas (ou possíveis línguas) indígenas de sinais. Se mais pesquisas forem desenvolvidas, materiais didáticos específicos para estes surdos podem ser produzidos, intérpretes e professores podem ser capacitados para o ensino destes e enfim, novas políticas públicas serão criadas para estes grupos. As línguas/possíveis línguas de sinais aqui citadas, juntamente com muitas línguas orais, são um reflexo da diversidade linguística do nosso país, e devem ser cuidadosamente descritas e documentadas, com o mesmo cuidado que recebem as línguas orais, no sentido de serem analisadas cientificamente. Elas não devem ter classificações precipitadas, ora considerando um pequeno conjunto de sinais caseiros como língua autônoma, ora considerando uma variedade regional de Libras como uma língua distinta e ora considerando como sinais caseiros aquilo que, na verdade, é uma língua distinta. Então, para se evitar estas inadequações, como definir o que é uma língua? Esta é uma questão para levantamentos sociolinguísticos, além das considerações políticas. Mas há que se pensar que uma língua em uso permite o diálogo, o relato de experiências, a narrativa, o lamento, entre tantos outros atos de fala, que vão além de uma lista de sinais sem unidade e sem uma gramática

subjacente. O que são sinais isolados? São, sim, formas de interação, mas dependentes de uma gramática de uma língua já consolidada pelo uso.

Ensinar Libras para surdos imersos em outra realidade linguística e fazer com que estudem em escolas “de brancos” na cidade, ou mesmo nas escolas indígenas de suas respectivas aldeias com intérprete de Libras, pode parecer inclusão ou solução política para a situação educacional deles, se não considerarmos sua situação sociolinguística. Tendo em vista os seus direitos linguísticos, fica claro que eles necessitam de todo apoio possível, para que seus sinais - e possivelmente línguas – sejam respeitados e valorizados, partindo-se do seu conhecimento e adequada documentação.

Referências

- Andrade, Wagner Teobaldo Lopes (2013). *Variação fonológica da Libras: um estudo sociolinguístico de comunidades surdas da Paraíba*. (Tese de doutorado em linguística). João Pessoa: UFB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6416?locale=pt_BR
- Araújo, Bruno Roberto (2018). *A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais - TLS* (Dissertação de mestrado em educação). Campo Grande: UFMS. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201489>
- Azevedo, Marlon Jorge Silva de (2015). *Contribuições Linguísticas Aplicadas ao ensino da Língua de Sinais na Comunidade Sateré Mawé na Microrregião de Parintins* (Dissertação de mestrado em letras). Manaus: UEA. <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/23-13.pdf>
- Azevedo, Marlon Jorge Silva de (2016). *Minidicionário Trilíngue: Indígena Sateré-Mawé em Libras e Língua Portuguesa*. Manaus: UEA.
- Barretos, Euder Arrais (2016). *A situação de comunicação dos Akwẽ-Xerente Surdos* (Dissertação de mestrado em letras e linguística). Goiânia: UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5849/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Euder%20Arrais%20Barretos%20-%20202016.pdf>
- Bezerra, Erich Teles (2019). *Práticas na inclusão de índios surdos nas escolas indígenas: contexto Educacional e Sociolinguístico* (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- Bezerra, Erich Teles; Oliveira, Janaina de Mello (2018). *A constituição do sujeito surdo dentro da cultura indígena sateré mawé: os processos etnolinguísticos próprios de interação e comunicação na família e na escola* (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm
- Coelho, Luciana Lopes (2011). *A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola* (Dissertação de mestrado em educação). Dourados: UFGD. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/620>
- Coelho, Luciana Lopes (2019). *A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão* (Tese de doutorado em educação). Dourados: UFGD. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/925>
- Costa, Miriã Gil de Lima (2017). *Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo païter suruí no contexto familiar* (Dissertação de mestrado em letras). Porto Velho: UNIR. <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3286>
- Damasceno, Letícia de Souza Magalhães (2017). *Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional* (Dissertação de mestrado em língua e cultura). Salvador: UFBA.
- Eler, Rosiane Ribas de Souza (2017). *Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Païter Suruí* (Dissertação de mestrado em letras). Porto Velho: UNIR. <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3286>

- Fargetti, Cristina Martins; Soares, Priscilla Alyne Sumaio (2016). Sinais terena e grafocentrismo em línguas de sinais – contribuições teóricas. *Revista Ideação* 18(1): 105-125. <https://doi.org/10.48075/ri.v18i1.17306>
- Ferreira-Brito, Lucinda (1984). Similarities and differences in two Brazilian sign languages. *Sign Language Studies* 42: 45-56. <https://www.jstor.org/stable/26203575>
- Ferreira, Sindy Rayane de Souza; Ferreira, Marília de Nazaré de Oliveira (2016). Descrevendo processos de formação de sinais em Libras em uma variedade de Belém do Pará. *Entretextos* 16(1): 67-98. <http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2016v16n1p67>
- Giroletti, Marisa Fátima Padilha (2008). *Cultura surda e educação escolar Kaingang* (Dissertação de mestrado em educação Processos Inclusivos). Florianópolis: UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91404>
- Godoy, Gustavo (2015). *Dos modos de beber e cozinhar cauim: ritos e narrativas dos ka'apores* (Dissertação de mestrado em antropologia social). Rio de Janeiro: UFRJ. <http://www.etnolinguistica.org/tese:godoy-2015>
- Godoy, Gustavo (2020). *Os Ka'apor, os gestos e os sinais* (Tese de doutorado em antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ. <http://www.etnolinguistica.org/tese:godoy-2020>
- Goldin-Meadow, Susan; Mylander, Carolyn (1984). The development of morphology without a conventional language model. In Joseph Drogo (org.), *CLS20 Papers from the regional meeting of the Chicago Linguistic Society*, pp.121-135. <https://eric.ed.gov/?id=ED263708>
- Gomes, João Carlos; Vilhalva, Shirley. (2021) *As línguas de sinais indígenas em contextos interculturais*. Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil, vol. 2. Curitiba: Editora CRV.
- Gregianini, Luciana Coladine Bernardo (2017). *Mapeando os sinais paiter suruí no contexto da comunidade* (Dissertação de mestrado em letras). Porto Velho: UNIR.
- Henrique, Dyego Ramos (2014). *Indígenas surdos e a deficiência no SUS: A percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados* (Monografia de graduação em saúde coletiva). Brasília: UNB.
- Jesus, Jessiá Braz de (2018). *Educação para estudantes com necessidades especiais na aldeia pataxó de Barra Velha (Bahia)* (Monografia de graduação em matemática). Belo Horizonte: UFMG.
- Johnson, Jane E.; Johnson, Russel J. (2008). Assessment of regional language varieties in Indian sign language. *SIL Electronic Survey Report* 2008-006. <https://www.sil.org/resources/archives/9033>
- Kakumasu, James Yoshio (1968). *Urubu-Kaapor sign language*. Summer Institute of Linguistics. http://www.biolinguagem.com/ling_cog_cult/kakumasu_1968_urubukaapor_signlanguage.pdf
- Kozlowski, Lorena. (2000) A educação bilíngue-bicultural do surdo. In Lacerda, C.B.F.; Nakamura, H.; Lima, M.C. (org.), *Surdez e abordagem bilíngue*. São Paulo: Plexus.
- Lima, Juliana Maria da Silva (2013). *A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola* (Dissertação de mestrado em educação). Dourados: UFGD. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/644>
- Lima, Kátia do Socorro Carvalho (2009). *Educação de surdos no contexto Amazônico: um estudo da variação linguística na Libras* (Dissertação de mestrado em educação). Belém: UEPA.
- Moura, Mônica Lima Silva de (2020) Mapeamento de surdos indígenas no povo xukuru do Ororubá no contexto dos estudos surdos. In Gomes, João Carlos (org.) (2020). *Epistemologias dos estudos surdos: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade cultural*. Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil, vol. 1: 123-140. Curitiba: Editora CRV.
- Mussato, Michelle Sousa (2017). *O que é ser índio sendo surdo? um olhar transdisciplinar* (Dissertação de mestrado em letras). Três Lagoas: UFMS. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3598>
- Mussato, Michelle Sousa; Cameschi de Souza, Claudete (2019). O conflito linguístico e identitário do sujeito surdo terena: uma reflexão sobre política linguística. *Anais SIEL e Semanas de Letras* 1: 100-109. Campo Grande: FAALC/UFMS.
- Oliveira, Christiane Cunha de; Cunha, Karina Miranda Machado Borges (2009). Concordância verbal em Língua de Sinais e suas implicações na escrita da segunda língua. *Eutomia. Revista de Literatura e Linguística* 1(3): 1-19. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1830/1414>

- Padden, Carol; Humphries, Tom (1988). *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- Sant'ana, Sâmela Celeste Garcia Viturino (2016). *Educação de índios surdos no Brasil: desafios linguísticos e culturais* (Monografia de graduação em pedagogia). Rio de Janeiro: INES.
- Schermer, Trude (2004). *Lexical variation in sign language of Netherlands*.
https://www.gebarentrum.nl/media/33555/92_file1.pdf
- Silva, Diná Souza da; Quadros, Ronice Muller de (2019). Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. *Brazilian Journal of Development* 5(10): 22111-22127.
<https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-342>
- Skljar, Carlos Bernardo (2003). Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In Shirley Silva; Marli Vizim (orgs.), *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados*, pp. 85-110. São Paulo: Mercado de Letras.
- Soares, Priscilla Alyne Sumaio (2018) *Língua Terena de sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha* (Tese de doutorado e linguística e língua portuguesa). Araraquara: UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/155878>
- Sumaio, Priscilla Alyne (2014) *Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos* (Dissertação de mestrado). Araraquara: UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/115690>
- Stamp, Rose; Schembri, Adam; Fenlon, Jordan; Rentelis, Ramas; Woll, Bencie; Cormier, Kearsy (2014). Lexical variation and change in British sign language. *PLoS ONE* 9(4): e94053.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0094053>
- Vilhalva, Shirley (2009). *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul* (Dissertação de mestrado em linguística). Florianópolis: UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92972>
- Vilhalva, Shirley (2012). *Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul*. Petrópolis: Arara Azul.
- Zeshan, Ulrike (2006). Raízes, folhas e ramos - A tipologia de línguas de sinais. In Ronice Müller de Quadros; Maria Lúcia B. de Vasconcellos (orgs.), *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. 9º Theoretical issues in sign language research conference*, pp. 30-39. Florianópolis, Brasil, dezembro 2006. Editora Arara Azul. https://editora-arara-azul.com.br/ebooks/catalogo/completo_port.pdf

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

- As autoras certificam que não têm interesse comercial ou de caráter associativo que interfiram com a publicação deste texto, submetendo-se às normas da Revista *LIAMES*.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

- Priscilla Alyne Sumaio Soares – pesquisa bibliográfica, análise e escrita
- Cristina Martins Fargetti – pesquisa bibliográfica, análise e escrita – orientadora de Soares, em seus estudos na graduação, mestrado e doutorado. Esta autora apresenta seus agradecimentos ao CNPq, pelo auxílio com o projeto, na Chamada Universal, 435852/2018-3.

Recebido: 28/1/2022

Versão revista 1:18/4/2022

Versão corrigida: 13/6/2022

Aceito: 15/6/2022

Publicado: 20/6/2022